

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

CEDI - P. I. B.
DATA 18/08/94
COD. TAD 000027

Fonte: DOC Class.: _____
Data: 15/08/94 Pg.: 12250-5 seção 1

PARECER Nº 104/DID/DAF, DE 30 DE JULHO DE 1994

Processos nºs: FUNAI/BSB/1430/94, FUNAI/BSB/1431/94 e FUNAI/BSB/2048/91.
Denominação: Área Indígena URUBU BRANCO. Grupo Indígena: Tapirapé. Popu-
lação: 363 indivíduos. Localização: Estado de Mato Grosso, Municípios
de Santa Terezinha, Confresa e Porto Alegre do Norte. Área sob jurisdic-
ção do Parque Indígena do Araguaia. Área: 157.000 ha. Superfície: 178 km.

1. CARACTERÍSTICAS

O grupo é originário do baixo curso dos rios Tocantins e Xin-
gu, onde viviam até oséculo XVII. É provável que fizessem parte de uma
"antiga província Tupi-guarani" do Pará. Os Tapirapé pertencem à famí-
lia lingüística Tupi-guarani, do tronco Tupi, vivendo em meio a outros
grupos, todos relacionados lingüisticamente ao tronco Macro-jê. O conta-
to dos Tapirapé com seus vizinhos Karajá e Kaiapó remonta a períodos an-
teriores ao século XVII.

2. HISTÓRICO

Entre os séculos XVI e XIX a região habitada pelos Tapirapé
foi invadida por grupos Kaiapó que fugiam das penetrações escravagistas
(1607 e 1615). Os atuais Kaiapó tomaram rumo noroeste e embrenharam-
se nos matos, a partir do século XIX, empurrando os Tapirapé para o sul.
Tentando fugir dos ataques Kaiapó, os Tapirapé refugiaram-se nas matas
próximas à margem esquerda do Rio Araguaia. Do século XVIII ao presente,
em sua migração rumo ao sul, os Tapirapé vão travando contato com vá-
rios grupos Karajá ao norte, com Javaé no interior da Ilha do Bananal e
com os Karajá do médio Rio Araguaia.

No final do século XVIII e início do XIX o grupo achava-se di-
vidido. Uma parte ocupava a margem esquerda do Araguaia, no Estado do
Pará ao norte e arredores do Rio Tapirapé (séc. XVIII). Outra parte do
grupo encontrava-se na Ilha do Bananal (atual Estado de Tocantins) em
contato com os Javaé (1775).

Na segunda metade do século XIX os Tapirapé foram expulsos da
Ilha do Bananal pelos Javaé aliados dos Karajá. A expulsão levou o gru-
po, em rota migratória, até a foz do Rio Tapirapé. Reunidos, os Tapira-
pé tenderam a se concentrar na aldeia de Makotawa, que desapareceu por
volta de 1930. A convivência deste segmento Tapirapé com os Javaé trans-
formou sua língua em um dialeto reconhecível pelos demais Tapirapé.

Nesse sentido, a conformação atual do Território Tapirapé da
ta, pelo menos, da segunda metade do século XIX, na região da Serra do
Urubu Branco, ao norte e nas imediações do Rio Tapirapé. Neste local fo-
ram contactados por representantes da sociedade nacional a partir de
1908.

Por volta de 1900 o território Tapirapé compreendia a margem
esquerda do Rio Araguaia, Rio Tapirapé ao norte e imediações, próximo à
divisa entre os Estados do Mato Grosso e Pará. Contavam aproximadamente
1500 pessoas, distribuídas em 5 aldeias. Dado os constantes ataques Kai-
apó e por temor às aldeias Karajá, mantinham-se afastados do curso prin-
cipal do Rio Araguaia. O início do século XX é marcado por ataques fre-
quentes dos Kaiapó, forçando-os a abandonar a área e ocupar as regiões
próximas às serras, matas e campos do médio curso do Rio Tapirapé, desig-
nada pelos membros atuais do grupo como yrywo'ywawa "local onde o Urubu
Branco bebe" ou como é conhecido, regionalmente, "Serra do Urubu Bran-
co".

Entre 1900 e 1930 os limites da terra ocupada pelos Tapirapé
eram: ao norte, imediações do Rio Beleza; ao sul o Rio Tapirapé; a oes-
te as imediações do Rio Gameleira; a leste as proximidades do Rio Ara-
guaia. Ao norte situava-se a aldeia de Xexotawa, uma das mais setentrio-
nais e a única a permanecer habitada até o final do período. A oeste e
ao sul o território era ocupada pelas aldeias de Tapi'itawa, Tokynookwa
tawa e Xoatawa.

No final da década de 30 o território ocupado pelos Tapirapé
'diminuiu de forma drástica, em função de uma enorme depopulação.

Entre a década de 30 e o ano de 1993, o território ocupado pe-
lo grupo passa a ser representado pela ocupação de, basicamente, quatro
aldeias: Xoatawa, Tapi'itawa, Xexotawa e Tawyo, esta última na barra do Rio Tapi-
rapé.

Ao final da década de 40, a continuidade dos ataques Kaiapó e,
em menor escla, Karajá, além do aparecimento da malária, gripe e resfri-
ados, verificou-se uma redução da população para menos de 100 pessoas.

Reduzidos, os remanescentes da população Tapirapé passaram a se concen-
trar na aldeia Tapi'itawa buscando contato com a população regional e se
distançando dos pontos localizados ao norte de seu território devido aos
permanentes ataques dos grupos Kaiapó.

Em 1946 a aldeia de Xexotawa ao norte é reocupada por um grupo familiar, com cerca de 20 pessoas, por estar esta aldeia localizada a uma certa distância do contato com estrangeiros.

Em 1947 Tapi'itawa sofre um grande ataque praticado pelos Kaiapó Metyktire, saqueando e matando seus moradores. Dada a violência do ataque a aldeia pulverizou-se: uma parte do grupo buscou refúgio na fazenda São Pedro, de propriedade do Lúcio da Luz, no Município de Luciara, outra parte do grupo refugiou-se na povoação de Porto Velho, localizada no médio curso do Rio Tapirapê. Um outro segmento do grupo buscou o Posto Indígena Heloísa Alberto Torres (Atual PI Tapirapê/Karajá), do Serviço de Proteção aos Índios, no rio Tapirapê.

A população de Xexotawa ao norte também sofreu ataque Kaiapó e se dispersou, dividindo-se em dois grupos. Um grupo dirigiu-se ao sul, reocupando a aldeia Xoatawa, próxima ao Rio Gameleira. Os demais permaneceram nas proximidades da aldeia de Xexotawa, localizada no alto curso do Rio Crisóstomo.

Ambos os grupos de Xexotawa como o de Xoatawa permaneceram isolados no meio da mata, perdendo contato com o restante dos Tapirapê, com os segmentos regionais e com outros grupos indígenas até serem reunidos aos demais Tapirapê. A população dessas 2 aldeias viveu próximas à região que atualmente é designada por "Serra do Urubu Branco".

Em 1950 o responsável pelo Posto e os missionários Dominicanos promoveram a reunião das famílias dispersas de Tapi'itawa e organizaram uma aldeia próxima ao posto do SPI. A população Tapirapê instalada na nova aldeia, organizada pelo SPI, não representou uma proposta do grupo. A população da nova aldeia continuou, entretanto, a percorrer a região da Serra do Urubu Branco. A instalação deste grupo na barra do Rio Tapirapê correspondeu a uma solução de sobrevivência dados os ataques Kaiapó devastadores e as doenças que os acometeram, desarticulando o grupo e forçando-os a aceitar o contato com uma nova realidade territorial, imposta por contingências históricas.

Em 1951, instala-se na aldeia da barra do Rio Tapirapê, a missão das Irmãs de Jesus prestando assistência ao grupo na área de saúde.

Na década de 70 chega a área representantes da pastoral indigenista da Prelazia de São Félix do Araguaia, iniciando um projeto de alfabetização na língua. Atualmente, os atendentes de enfermagem, o diretor e professores da escola são Tapirapê, pagos pela Secretaria Estaduais de Educação e Saúde.

Outros grupos Tapirapê que mantiveram-se dispersos e isolados como os das aldeias de Xexotawa e de Xoatawa que permaneceram habitando a Serra do Urubu Branco, são reunidos na década de 70. Até sua reunião, o grupo encontrava-se dividido em três, e, posteriormente, dois grupos locais: Xoatawa, Xexotawa e nova aldeia Tawyao.

Os Tapirapê não deixaram de percorrer a Serra do Urubu Branco. Os locais por eles utilizados permanecem, até os dias de hoje, como referência. A reunião da totalidade dos grupos Tapirapê na nova aldeia não significou o abandono do Território habitado permanentemente até, pelo menos, a década de 70.

3. OCUPAÇÃO DA REGIÃO

A região do médio Rio Araguaia começou a ser ocupada pela sociedade nacional a partir da década de 50. Em 1954, a Companhia Imobiliária do Vale do Araguaia - CIVA, instalou-se na povoação de Santa Teresinha, depois de obter do Governo do Mato Grosso concessão para compra e venda de títulos em áreas do Araguaia.

A Companhia Colonizadora Tapiraguaia, sucessora da CIVA, dá prosseguimento aos loteamentos incidentes em terras Karajá e Tapirapê. Em 1959 o Departamento de Terras e Colonização do Mato Grosso alienou uma área de 8.200 ha onde se localizavam as aldeias Karajá e Tapirapê.

O território situado ao norte do Rio Tapirapê, local do Posto Indígena Heloísa Alberto Torres e das terras tradicionalmente habitadas pelos Kaiapó e Tapirapê, foi loteado e vendido a particulares. As terras situadas na região da Serra do Urubu Branco também foram loteadas e tituladas. As terras de Santa Teresinha também foram loteadas e vendidas a fazendeiros que exigiram a retirada de seus moradores tradicionais.

As empresas e grupos econômicos que adquiriram títulos de terras incidentes na Área Indígena Tapirapê/Karajá são os mesmos atingidos pela proposta da área indígena de Urubu Branco. Todas as áreas ocupadas pelos Tapirapê entre 1950 e 1993 foram atingidas por esses loteamentos.

Entre 1960 e 1980 os Tapirapê dão início à luta de reconhecimento e recuperação de suas terras tradicionais. Em 1980 a FUNAI organizou um grupo de trabalho para reestudo e definição da área do PI Tapirapê (Portaria 841/E de 30/09/80), que definiu a área indígena aprovada em 1983.

Em 1982, conseguiram as terras reivindicadas através do reconhecimento oficial da picada demarcatória que haviam feito entre 1977 e 1978. Porém, a primeira portaria assinada (1.083/E de 26.08.81), excluía trechos importantes ao norte do Rio Tapirapê, incluídos na proposta da picada Tapirapê. A portaria 1.203/E de 29.03.82 (publicada no DOU em 02.04.81), revogou a anterior e incluiu a parte norte do Rio Tapirapê. Em 24.03.83 foi publicado no DOU pelo ex-presidente João Figueiredo, a homologação da demarcação (Decreto nº 88.194, de 23.03.83), realizada segundo a proposta contida na Portaria 1.203/E de 29.09.82. Em 1983, a FUNAI organizou a retirada das famílias instaladas no morro do Cadete.

As terras localizadas na região da foz do Rio Tapirapê, ao sul, são utilizadas pelos Tapirapê desde 1949, quando ali chegaram, como locais de pesca e coleta. Utilizam também, juntamente com os Karajá da foz do Tapirapê, a área pesqueira denominada Jurelo. Os pastos marginais do Araguaia, ao sul do Rio Tapirapê e no interior da Área Indígena são atualmente utilizados pelos Tapirapê para atividades econômicas não tradicionais: criação de gado e arrendamento de pasto.

O território é também utilizado pelos Tapirapê de Tawyao para caça, coleta e ou visitas sazonais. Inclui áreas próximas às antigas aldeias de Tapi'itawa, Tokynookwatawa e Xoatawa. O território descrito localiza-se no interior da Serra do Urubu Branco.

A implantação da Área Indígena Tapirapê/Karajá em 1983 representou para os Tapirapê o reconhecimento de um território que consiste na última área de refúgio dentro do território que ocupavam desde a metade do século XIX.

4. SITUAÇÃO JURÍDICA

Ação de indenização movida por Emílio Figueiredo, ex-proprietário de terras localizadas ao sul da atual Área Indígena, na Fazenda Três Pontas do Araguaia e incluídos na Reserva.

Em 1992 recebeu parecer negativo da Juíza da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que não reconheceu a validade dos títulos emitidos pelo Estado de Mato Grosso.

As reivindicações de particulares sobre as terras tituladas irregularmente pelo Estado do Mato Grosso em 1961, foram consideradas ilegítimas pela justiça como demonstram a implantação da Área Indígena Tapirapé/Karajá em 1983 e a recente decisão da Justiça Federal, sendo essa a mesma origem dos títulos dos particulares na Serra do Urubu Branco.

5. HISTÓRIA DA ÁREA SEGUNDO A MEMÓRIA TRIBAL

A história Tapirapé se caracteriza por deslocamentos sucessivos, a partir do baixo Tocantins, seguindo até o médio curso do Araguaia e a foz do Rio Tapirapé.

Os movimentos de deslocamento estão registrados na Tradição oral dos Tapirapé e coincidem com fontes documentais escritas desde o século XVII até o XX. Três conjuntos de mitos falam da história de implantação Tapirapé em terras marginais ao Araguaia.

O primeiro destes aborda a dispersão dos povos da família Tupi-guarani. O segundo conjunto de mitos fala da destruição dos Tapirapé pelo fogo, devido à infrações cometidas em relação a seus ancestrais e seres, cosmológicos. O terceiro conjunto de mitos se caracteriza pela explicitação de sua ocupação na Serra do Urubu Branco.

Pode-se afirmar que os Tapirapé, segundo fontes documentais escritas e a tradição oral do grupo, já se encontravam vivendo na Serra do Urubu Branco pelo menos desde a metade do século XIX.

Tanto a tradição oral mítica quanto a histórica dos Tapirapé situam, com segurança, a implantação do grupo na área do Urubu Branco desde um passado mítico remoto até o tempo presente. Além disso, as versões reconstituintes da implantação do grupo na área, segundo a tradição oral e fontes documentais, apoiam-se mutuamente. A implantação dos últimos grupos Tapirapé na região, que de acordo com as fontes documentais ocorrem na segunda metade do século passado, na tradição Tapirapé ocorreu, provavelmente, no final do século XVIII.

6. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: OCUPAÇÃO "BRANCA"

A ocupação da área Urubu Branco por segmentos da sociedade nacional pode ser dividida em duas fases. A primeira fase, entre 1940 e meados da década de 50, se caracterizou pela implantação de moradores regionais que se instalavam no território, vivendo basicamente, da atividade de subsistência e da criação de algumas cabeças de gado. Esses são os primeiros ocupantes (não-índios?) das margens do Rio Tapirapé e não observaram a titulação de suas terras. A principal característica desta fase é a descontinuidade e a pouca sistemática desta forma de ocupação. Limitou-se a alguns campos ao sul da área de Urubu Branco, mais próximos à criação extensiva de gado e mais próximos ao Rio Tapirapé. Estes pioneiros encontravam-se ao sul e a leste do que poderia ser considerado o território Tapirapé na época.

A segunda fase inicia-se na década de 50 e se caracterizou pela penetração de frentes de expansão da sociedade nacional, representada pela pecuária, por empresas agro-pastoris e pela especulação imobiliária que atingiram o médio Araguaia.

A CIVTA fechou, no final da década de 50, por insolvência; foi substituída, na venda e especulação com terras da região, pela Companhia Colonizadora Tapiraguaiá, nos atuais municípios de Santa Terezinha e Confresa. Lotes individuais foram registrados em nome de membros da imobiliária.

Em 1964, instalaram-se na região grandes empresas agropecuárias com benefícios da política de incentivos fiscais da SUDAM, Banco da Amazônia e do programa POLAMAZÔNIA.

O Departamento de Terras e Colonização do Mato Grosso (DCT/MT) alienou, com a assinatura do Governador do Estado, uma área de 8.200 ha onde se encontravam as aldeias Tapirapé de Tawyo, a aldeia Karajá de Itxala e o Posto Indígena Heloísa Alberto Torres. Esses lotes foram posteriormente adquiridos por particulares e vendidos à Tapiraguaiá.

As principais empresas que se instalaram no território Tapirapé, neste período, são: Tapiraguaiá S.A. Agricultura e Comércio, CODEARA (do grupo Econômico do Banco de Crédito Nacional - BCN) e Porto Velho (grupo econômico dos fertilizantes IAP). A instalação destas empresas na região provocou conflitos com os habitantes regionais pioneiros e com os grupos indígenas Tapirapé e Karajá.

A titulação de terras a particulares se origina no loteamento realizado pela Tapiraguaiá, com, aproximadamente, um milhão e meio de hectares nos atuais municípios de Santa Terezinha, Porto Alegre do Norte e Confresa. Neste sentido, há uma coincidência entre as terras atingidas pela Área Indígena Tapirapé/Karajá e seus pretensos proprietários em 1983 e a proposta de identificação e delimitação da Área Indígena Urubu Branco, em 1993.

As grandes fazendas da região, herdeiras do loteamento Tapiraguaiá na região do Urubu Branco: Confresa, Codebra, Sapeva, Tapirapé e Brasil Central, e seus sucessores na Cadeia Dominial, compõem a base da ocupação da região com a qual se chocam até os dias de hoje os Tapirapé, os Karajá e outros grupos regionais que foram ilegalmente despojados de suas terras.

A última etapa da ocupação do território do Urubu Branco, no final da década de 80, quando os Tapirapé tornam frequentes as visitas à área de Urubu Branco e, coincidentemente as grandes empresas que haviam adquirido os lotes do loteamento Tapiraguaiá passaram a vender propriedades na região. As fazendas Sapeva e Codebra são vendidas à família Teixeira Posses de São Paulo e a parte norte da Serra do Urubu Branco é vendida, pela Porto Velho e Codebra a vários pequenos proprietários da região.

Cabe ressaltar a coincidências de datas na transferência de boa parte das terras que empresas e grupos econômicos detinham na região, com as datas dos movimentos dos Tapirapé para providenciar uma garantia legal das terras tradicionalmente por eles ocupadas, na região do Urubu Branco.

7. HISTÓRICA DOS CONFLITOS

Apesar do seu desejo em retornar a viver na região do Urubu Branco, os Tapirapé deparavam-se com sérios obstáculos, sendo o principal deles a ameaça explícita das milícias privadas que garantiam a não ocupação das grandes propriedades por posseiros ou pelos Tapirapé.

Dada a violência do processo de ocupação fundiária nessa re

gião, criou-se o costume, por parte dos grandes proprietários, de contratar "pistoleiros" que compõem milícias armadas com o objetivo de assegurar a integridade das propriedades.

Na região circunvizinha a Urubu Branco, sobretudo no final da década de 80, até hoje, registrou-se uma série de conflitos sangrentos envolvendo trabalhadores rurais e milícias da Colonizadora Cofresa, Fazenda Piraguassu do grupo Unmar-Tapetes ITA, fazendas Frenova, Agroselva e Tapiraguaia, nos municípios de Cedrolândia, Porto Alegre do Norte, Santa Terezinha, Canabrava e Confresa.

Na região da Serra do Urubu Branco e proximidades houve, nas décadas de 70 e 80, um violento enfrentamento entre as grandes empresas e os posseiros pioneiros, muitas vezes pressionados pela ação das milícias armadas e pelo constrangimento ilegal de modestos posseiros, as grandes empresas agropecuárias forçaram a compra, mudança ou expulsão dos colonos das terras que ocupavam.

Conforme denúncia veiculada pela Comissão Pastoral da Terra (01/02/93), um grupo de pistoleiros paraenses teria sido contratado pela Colonizadora Codeara para expulsar os posseiros instalados na proximidade da gleba Roncador de sua propriedade. A nota da CPT chama a atenção para a área de atuação desses pistoleiros que "corresponde em grande parte à Reserva Indígena Urubu Branco dos Índios Tapirapé, e que existe posição manifesta dos fazendeiros daquela área como contrária à Demarcação da Reserva, conforme afirmou o proprietário da fazenda Lucriam, outra envolvida: "Os índios não vão entrar, porque vamos colocar pessoas e não vamos deixar ninguém entrar".

A violência que caracteriza o contexto regional da Área Indígena Urubu Branco pelas disputas de terras, configurada nas pressões a que estão sujeitos os Tapirapé, um grupo pacífico e agricultor, com ethos tribal não guerreiro, atinge também segmentos da sociedade nacional como antropólogos e funcionários da FUNAI que tentam desenvolver um trabalho de defesa das populações indígenas. Nesse sentido, o grupo de trabalho responsável pela identificação da área indígena Urubu Branco, em especial o antropólogo que o coordenou, além de lideranças Tapirapé, sofreram pressões e ameaças de morte, com ocorrência de tiros nas imediações da Câmara Municipal de Santa Terezinha quando estavam reunidos os Tapirapé e particulares da parte norte da Área Indígena.

O não retorno definitivo dos Tapirapé à área do Urubu Branco se deveu à falta de apoio e oposição explícita que encontraram por parte da FUNAI. Por constituírem um povo com ethos extremamente pacífico e legalista tornaram-se vítimas tanto dos Kaiapó e Karajá como da arrogância dos empresários regionais. Exasperados pela ocupação da área Urubu Branco e dada a inação dos órgãos responsáveis os Tapirapé procuram, há dez anos, paralelamente às suas excursões de caráter econômico e religioso, realizar grandes viagens, mobilizando expressivo contingente do grupo, para fazer valer sua presença na região. O que os Tapirapé reivindicam é a documentação, em seu nome, de um território que ocupam continuamente desde o século passado.

8. INDÍCIOS ARQUEOLÓGICOS DA PRESENÇA INDÍGENA

Têm sido descobertos na região restos de cerâmica e outros objetos que apontam para a antiguidade da implantação Tapirapé. As descobertas evidenciam locais de aldeamentos que marcam os extremos da ocupação Tapirapé ao sul, ao norte e leste da proposta da Área Indígena Urubu Branco. Os locais são: aldeia Tapi'itawa, ao sul da região de Urubu Branco; aldeia Xexotawa, ao norte da mesma região; e aldeia Tawyao, a leste.

Outros sinais da ocupação Tapirapé são as capoeiras, antigas roças próximas aos locais de antigas aldeias com existência de árvores frutíferas.

9. CONDIÇÕES DO MEIO AMBIENTE - FATORES DE EQUILÍBRIO E PRESERVAÇÃO

Os principais tipos de ecossistemas existentes na Área Indígena Urubu Branco são: na parte norte, terra firme, não inundável, com mata alta seca, cerrado e cerrado. Na parte sul, com campo, cerrado, mata inundada e matas ciliares. No sentido Norte-sul existem diversas nascentes na Serra do Urubu Branco que correm para o Rio Tapirapé. São córregos, riachos e rio de pequeno porte.

O estado geral do meio ambiente é bom, estando comprometido apenas em sua parte sul devida a utilização para criação de gado bovino que pisoteia o campo e contamina as espécies nativas como os cervos, por doenças comuns ao rebanho bovino.

A parte sul da Serra do Urubu Branco onde se localiza a secular aldeia de Tapi'itawa foi totalmente descaracterizada pelo ocupantes atuais: Fazenda Agroselva do grupo paulista Lucriam.

No local da antiga aldeia de Tapi'itawa local de habitações e sepultamento de várias gerações Tapirapé foram passados tratores e o terreno modificado em suas características essenciais. Ao sul, alguns trechos do campo e pasto nativo utilizado pelas espécies locais foram substituídos por espécies importadas.

Apesar das características da vegetação e ocupação originais a intervenção recente dos atuais ocupantes não foi suficiente, até o momento, para descaracterizar o meio ambiente em termos gerais.

Os Tapirapé possuem uma cultura altamente especializada na exploração do ambiente de matas e cerrados do Brasil Central. Suas atividades economistas tradicionais maximizam o aproveitamento do ambiente com intervenções mínimas.

10. CONCLUSÃO

A Área Indígena Urubu Branco pode ser considerada como o "Coração do território Tapirapé". Representa uma área de intensa concentração e ocupação ininterrupta do grupo desde o final do século XVIII. Grande parcela de sua tradição mítica bem como de sua história estão estreitamente associadas à região.

Em face das considerações anteriores proponho que sejam os autos encaminhados à consideração do Senhor Ministro da Justiça, com a maior urgência possível.

DESPACHO Nº 34, DE 11 DE AGOSTO DE 1994

Assunto: Processo nº FUNAI/BSB/1702/94. Referência: Área Indígena URUBU BRANCO. Interessado. Grupo Indígena Tapirapê. EMENTA: Aprova o relatório de delimitação da Área Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 22, de 04 de fevereiro de 1991.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO -FUNAI tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/1702/94 e considerando o Parecer nº 104/DID/DAF/94, de autoria da Antropóloga Ana Gita de Oliveira, que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado Parecer para a final, reconhecer os estudos e adequações à delimitação da Área Indígena URUBU BRANCO, de ocupação do respectivo grupo tribal Tapirapê com a superfície e perímetro aprovados de 157.000 ha e 178 km respectivamente, localizada nos Municípios de Santa Terezinha, Confresa e Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso.
2. Determinar a publicação no DOU do Parecer, Memorial Descritivo e Despacho, na conformidade do Art. 2º, § 7º do Decreto nº 22/91.
3. Encaminhar o respectivo processo de demarcação ao Ministério da Justiça, acompanhado da Minuta de Portaria Declaratória, para a aprovação.

DINARTE NOBRE DE MADEIRO

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

DENOMINAÇÃO
ÁREA INDÍGENA URUBU BRANCO
GRUPOS INDÍGENAS
TAPIRAPÉ

LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIOS: Santa Terezinha, Confresa, Porto Alegre do Norte ESTADO: Mato Grosso do Norte
UNIDADE REGIONAL: ADR Araguaia

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	10°26'24" S	51°22'45" WGr.
LESTE	10°53'04" S	51°05'56" WGr.
SUL	11°00'59" S	51°19'13" WGr.
OESTE	10°57'14" S	51°22'57" WGr.

BASE CARTOGRÁFICA

NOMENCLATURA	ESCALA	ÓRGÃO
MIR 302 - 322	1:250.000	FIBGE

DIMENSÕES

ÁREA: 157.000 ha (cento e cinquenta e sete mil hectares aproximadamente)
PERÍMETRO: 178 km (cento e setenta e oito quilômetros aproximadamente)

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

NORTE: Partindo do ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 10°26'24"S e 51°22'45" WGr., localizado nos limites das terras da Destilaria GAMELEIRA, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 95°26'25" e 29.500,00 metros, até o ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 10°27'56"S e 51°06'38" WGr.

LESTE: Do ponto 02, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 78°23'30" e 46.300,00 metros, divisando com quem Me direito e FAZENDA TAPIRAPÉ, até o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 10°53'04"S e 51°05'56" WGr., localizado na margem esquerda do rio Tapirapé.

SUL: Do ponto 03 segue pelo rio Tapirapé, a montante, até o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas de 10°57'14"S e 51°25'57" WGr., localizado na margem esquerda do rio Tapirapé.

OESTE: Do ponto 04, localizado na margem esquerda do rio Tapirapé, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 00°18'09" e 56.800,00 metros, divisando com terras do grupo PRENOVA e Destilaria GAMELEIRA, até o ponto 01, início deste descritivo. Responsável Técnico: ANTONIO VITORINO GONÇALVES - Técnico em Agrimensura - CREA 99/TD/GO - Visto nº 889/MT.

(Of. nº 219/94)